

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01/2003.

DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ANEXOS II E III DA RESOLUÇÃO Nº 373/97

A Câmara Municipal de Bom Despacho aprovou e eu, PRESIDENTE, nos termos do artigo 49, I, alínea c, do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Os ANEXOS II e III, da Resolução nº 373/97, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Bom Despacho, passam a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO II

CARGOS

DENOMINAÇÕES	Nº DE CARGOS	SÍMBOLOS
Procurador	01	C - 1
Assessor Jurídico	01	C - 2
Assessor de Finanças e Contabilidade	01	C - 3
Assessor de Comunicação	01	C - 4
Secretário	02	C - 4
Auxiliar de Contabilidade e Digitador	01	C - 5
Motorista	01	C - 6
Recepcionista	01	C - 7
Agente de Portaria	01	C - 7.
Auxiliar de Serviços Gerais	01	C - 8.

ANEXO III

TABELA SALARIAL

SÍMBOLOS	VALORES/R\$
C - 1	950,00



C - 2	875,60
C - 3	673,54
C - 4	612,92
C - 5	439,49
C - 6	367,38
C - 7	355,14
C - 8	306,16

Art. 2º. Ao Procurador, que deverá ter formação universitária em ciências jurídicas e inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, compete representar a Câmara Municipal judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe ainda o exercício das atribuições previstas no item 1, ANEXO I – Atribuições e Habilitações, da Resolução nº 373/97, e outras previstas no Regimento Interno.

Art. 3º. Ao Secretário, que deverá ter escolaridade a nível de 2º grau, conhecimento e comprovada experiência em redação de textos, correspondência e digitação, compete:

I - o preparo da correspondência e documentação em geral da Câmara Municipal;

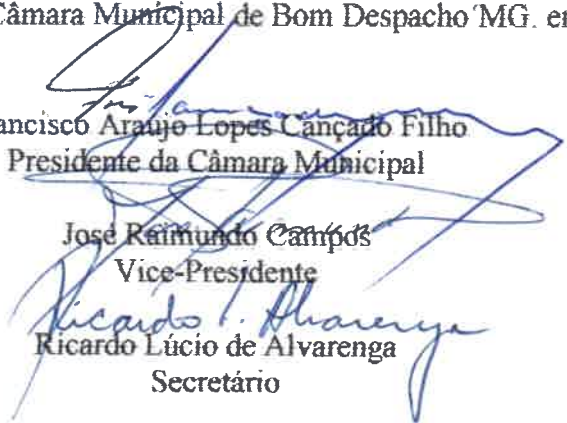
II - o atendimento das pessoas que se dirigirem ao Legislativo;

III - cuidar da elaboração de atas e cadastros, da digitação e arquivo;

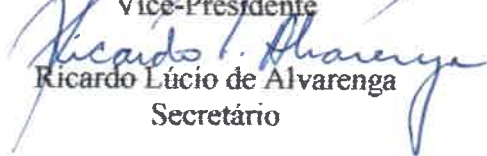
IV – executar, supletivamente, as atribuições previstas no item 3, ANEXO I, da Resolução 373/97.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2003.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Bom Despacho MG. em 02 de janeiro de 2003.


Francisco Araújo Lopes Cançado Filho
Presidente da Câmara Municipal

Jose Raimundo Campos
Vice-Presidente


Ricardo Lúcio de Alvarenga
Secretário

JUSTIFICATIVA

O PROCON Municipal foi criado com a Lei nº 1730/98, de 14 de julho de 1998, portanto, há mais de quatro anos, e até esta data não houve uma ação efetiva no sentido de instalá-lo.

O presente Projeto de Resolução visa exatamente criar as condições para que o município de Bom Despacho passe a contar com a atuação do órgão de defesa e proteção ao consumidor. É certo que qualquer setor, para sua estruturação e pleno funcionamento, prescinde de um quadro orgânico de pessoal.

No caso específico do PROCON, A Lei Municipal nº 1730/98 estabelece que os seus serviços auxiliares serão dirigidos por servidores públicos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo. O Sr. Prefeito Municipal está propenso a disponibilizar funcionários, dentro de sua quota. A Câmara Municipal, por sua vez, também deverá contribuir com pessoal, de modo que os ônus sejam divididos entre os dois poderes, o que, aliás, é o espírito da lei.

Assim, a presente Resolução, alterando o quadro de pessoal da Câmara Municipal, irá ensejar plenas condições para a instalação da PROCON em Bom Despacho.

Bom Despacho, 05 de janeiro de 2003.

Francisco Araújo Lopes Cançado Filho.

Presidente

Josué Raimundo Campos

Vice-Presidente

Ricardo Lúcio de Alvarenga

Secretário